

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2018 SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezoito realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, a Quinquagésima Reunião Ordinária sob a presidência do vereador Jorge Federal. O Presidente promoveu a abertura da Reunião Ordinária. O Segundo Secretário, vereador Saulo Holanda, procedeu à verificação da presença dos vereadores. Presentes: Izael Djalma do Nascimento (MIZAEI PRESTANISTA), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA) e Severino Barbosa de Souza (BIAI). Observado o número regimental, o Presidente pôde proceder com a instalação da Sessão. O vereador Irmão Biá prosseguiu com a leitura do trecho da Bíblia Sagrada: Livro de Apocalipse, Capítulo 22, Versículo 12. O Segundo Secretário realizou a leitura da Minuta da Quadragésima Nona Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e um de agosto de dois mil e dezoito. EM DISCUSSÃO: a Ata da Quadragésima Nona Reunião Ordinária. Não houve quem quisesse discutir. EM VOTAÇÃO. Não houve discordância alguma. APROVADA a Ata da Quadragésima Nona Reunião Ordinária. O Segundo Secretário prosseguiu com a leitura do **Expediente**. **PROJETOS DE LEI: Projeto de Lei nº 30/2018** Autor: Vereador Jesuíno Araújo. Assunto: Altera a redação do Art. 11, Capítulo III, da Lei complementar nº 013/2002. **OFÍCIOS: Ofício nº 0179/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta ao ofício de nº 289/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Professor Marcelo; **Ofício nº 0182/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta aos ofícios de Gabinete nº 290/2018, 291/2018, 292/2018, 293/2018, 297/2018 e 301/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Neto da Beira Rio; **Ofício nº 0183/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta aos ofícios de Gabinete nº 006/2018, 013/2018 e 028/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Edmilson Fernandes; **Ofício nº 0184/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta aos ofícios de Gabinete nº 033/2018, 034/2018, 035/2018, 036/2018, 039/2018 e 0107/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Mizael Prestanista; **Ofício nº 0185/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta aos ofícios de Gabinete nº 033/2018, 037/2018, 042/2018, 046/2018, 071/2018 e 078/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Algério Antônio da Silva; **Ofício nº 0186/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta aos ofícios de Gabinete nº 078/2018, 085/2018, 0105/2018 e 0132/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Severino Barbosa de Souza (Biaí); **Ofício nº 0187/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta aos ofícios nº 2448/2018 e 2447/2018, Requerimento nº 1112 (Pedido de Informação) de autoria do Excelentíssimo Vereador Vlademir Labanca; **Ofício nº 0188/2018 Gab/SEINFRA** Autor: Marconi Madruga/Secretário de Infraestrutura da PMO. Assunto: Resposta aos ofícios nº 246/2018, 247/2018, 244/2018 e 254/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Professor Marcelo; **Ofício nº 029/2018 SEO/2018** Autor: Roberto Ferreira Rocha /Secretário Interino de Obras da PMO. Assunto: Resposta ao Requerimento nº 1005/2018 de autoria do

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Excelentíssimo Vereador Jorge Federal; **Ofício nº 030/2018 SEO/2018** Autor: Roberto Ferreira Rocha /Secretário Interino de Obras da PMO. Assunto: Resposta ao Ofício de Gabinete nº 0182/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Jorge Federal; **Ofício nº 068/2018 Sec. /BPGd** Autor: Hercílio da Fonseca Mamede/ Tem Cel. PMPE. Assunto: Agradecimento do convite para Título de Cidadão de Olinda ao Ilustríssimo Sr. Coronel Alberto Cassiano Barbosa; **Ofício nº 1088/2018** Autor: Emília Gonzales/Secretária de Saúde de Olinda. Assunto: Resposta ao Ofício de Gabinete nº 228/2018, de autoria do Excelentíssimo Vereador Severino Barbosa de Souza/Biai. **REQUERIMENTOS: REQ. Nº 1315/2018** Autor: Vereador Jorge Federal. Assunto: Reiteramos o pedido de regularização da coleta de lixo da Rua do Cajueiro, após o cruzamento com a Rua Urucucaia, Jardim Fragoso, Olinda-PE; **REQ. Nº 1316/2018** Autor: Vereador Jorge Federal. Assunto: Requer remoção de lixo no canal da Rua 9 de julho, Jatobá, Olinda-PE. Encerrada a leitura do *Expediente*, o Presidente declarou aberto o *Livro de Oradores*. Todos os inscritos no *Livro de Oradores* dispensaram seus respectivos tempos. O Presidente suspendeu a Sessão por cinco minutos. O Presidente retomou a Sessão e convocou o Segundo Secretário para fazer a verificação dos vereadores presentes. Presentes: Alexandre de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEI PRESTANISTA), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Marcelo de Santana Soares (MARCELO SOARES), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA) e Severino Barbosa de Souza (BIAI). Ausências justificadas: Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Edmilson Fernandes da Silva (EDMILSON FERNANDES), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA) e Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA). O Presidente convocou o Segundo Secretário para iniciar a *Ordem do Dia*. **PROJETOS EM DISCUSSÃO: Projeto de Lei nº 25/2018 - Autor: Vlademir Labanca.** Ementa: Inclui no calendário turístico e cultural oficial da cidade de Olinda o festival de cerveja artesanal de Olinda. Parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação (Graça Fonseca – Jesuíno Araújo – Ricardo Sousa). Parecer favorável da Comissão de Cultura, Patrimônio Histórico e Turismo (Edmilson Fernandes – Saulo Holanda – Vlademir Labanca). **EM DISCUSSÃO.** Não houve quem quisesse discutir. **EM VOTAÇÃO.** Não houve discordância alguma. **APROVADO o Projeto de Lei nº 25/2018 de autoria do vereador Vlademir Labanca.** Seguindo com a *Ordem do Dia*. **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** “O projeto 28/2018, de autoria do Poder Executivo, foi questionado nesta Casa na leitura dele e já oficiamos ao secretário de ação social, o Odin Neves, para que ele marcasse com a Comissão de Legislação e Justiça uma data para ele apresentar as justificativas do remanejamento dessa rubrica de crédito adicional no orçamento de 2018. Enquanto ele não vier prestar essas informações, nós não vamos colocar esse projeto em pauta. Retiro ele da pauta e aguardo essa audiência junto à Secretaria de Ação Social, audiência pedida por todo o plenário e aprovada por esta Casa.” O Projeto de Lei nº 28/2018 de autoria do Poder Executivo foi retirado de pauta para que haja uma audiência pública, junto à Secretaria de Ação Social, a respeito do tema tratado neste projeto. **Projeto de Lei nº 29/2018 - Autor: Poder Executivo** Ementa: Dispõe sobre o reajuste do vencimento básico dos professores do quadro efetivo do Poder Executivo. Parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação (Graça Fonseca – Jesuíno Araújo – Ricardo Sousa). Parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Assuntos Tributários (Saulo Holanda –

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Ricardo Sousa – Jesuíno Araújo). **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Querida verificar no projeto a que mês ele é retroativo. Retroativo a primeiro de janeiro. Vereadores das Comissões de Legislação e Justiça e de Finanças. Há um reescalonamento na tabela, doutora Graça.” **EM DISCUSSÃO.** Os vereadores Jesuíno Araújo, Jorge Federal, Graça Fonseca, Ricardo Sousa, Marcelo Soares e Márcio Barbosa quiseram discutir. **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** “Primeiramente, gostaria de pedir desculpas aos professores e aos meus colegas pelo meu atraso. Eu estava numa assembleia dos agentes de saúde lá no Clube Atlântico, tanto é que terminando essa votação eu retornarei para lá. Os agentes de saúde, juntamente com vocês que são professores, também precisam da luta e eu estava lá dando atenção a eles. Logicamente o nosso voto é favorável, mas a gente precisa saber desse impacto financeiro na folha e não sei se foi encaminhando para essa casa e precisamos discutir isso. Mas com certeza o nosso voto é a favor, mas precisa ser discutido aqui para não virar um problema maior lá na frente.” **VEREADOR JORGE FEDERAL:** “A responsabilidade de informar o impacto financeiro, de garantir o pagamento do piso dos professores, é do Poder Executivo. Se ele mandou o projeto para essa casa e houve várias discussões com a categoria. É um PCCV que eu acho que vem sendo trabalhado até antes do ano de 2017, porque isso é uma projeção contínua. A responsabilidade é do prefeito, inclusive todos os projetos de lei que têm impacto financeiro geram a obrigação do Poder Executivo de mandar a possibilidade financeira para o cumprimento daquela lei. Eu entendo que se ele mandou, ele está garantindo o pagamento de uma forma ou de outra ele tem a obrigação de garantir. Precisa-se pontuar essa questão dele não ter enviado o impacto financeiro, mas essa casa não pode se posicionar contrária à aprovação de um Projeto de Lei que é uma equiparação das perdas e direitos do funcionário da educação. A informação não nos foi enviada mas ela será cumprida. Então, eu acho importante a pontuação de vossa excelência, até porque essa casa tem a responsabilidade de cumprir a Lei Orgânica e ela estabelece isso. Mas tenho certeza que o Poder Executivo fará cumprir dentro do orçamento que ele tem destinado aos professores. Continuo a discussão do Projeto já vencido esse ponto para que possamos avançar e chegue ao ponto da votação.” **VEREADORA GRACA FONSECA:** “Quero apenas endossar os argumentos de vossa excelência, inclusive quando o Projeto foi lido, foi pedido aqui na Plenária que fosse encaminhado um relatório com o impacto financeiro gerado na folha de pagamento. A gente sabe que houve um problema anterior em relação aos limites legais. Mas, de acordo com o último relatório que a Secretaria da Fazenda enviou, já havia sido corrigido. Então, de uma certa forma, a gente fica numa situação complicada porque legalmente teria que ter essa declaração. E politicamente, a gente não vai ser hipócrita nisso, se a gente criar obstáculos para a votação desse projeto estaremos prejudicando uma classe. Então, eu prefiro confiar na seriedade e comprometimento da gestão, em relação aos princípios normativos e legais. Se ele enviou o projeto é porque há condições. Então, também não é responsabilidade nossa se por ventura isso não ocorrer, pois foi feita a diligência e não foi cumprida. Mas não podemos deixar a classe sem os seus direitos. Então, a responsabilidade de qualquer irregularidade, em relação aos princípios legais financeiros, não é nossa. Quero que isso fique bem claro. E declaro o meu voto favorável ao projeto.” **VEREADOR RICARDO SOUSA:** “Bom dia a todos e a todas. Essa linha de Dra. Graça é justamente a linha que a gente pensa, que seja correto. A gente não pode nunca se negar, principalmente no momento que a gente passa, o Brasil em crise. Quando falamos em qualquer reajuste, por menor que seja, temos que ser favoráveis. Falou em questão salarial nós temos que estar a frente. Mas isso aqui também nos preocupa, pois a gestão já alcançou um grande comprometimento financeiro que foi o verificado no ano passado. Então, ter um aumento salarial e futuramente não conseguir

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

honrar o pagamento é muito ruim. Eu sugiro, senhor presidente, que façamos um requerimento coletivo para encaminhar à Controladoria ou à Secretaria de Finanças, para mandar o comprometimento financeiro e de que forma será pago. Assim, poderemos votar favoravelmente e garantir o pagamento desse aumento. Eu voto favorável ao Projeto. A gente vota e manda o requerimento para que possamos enxergar esse comprometimento. Muito obrigado.” **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** “Eu peço só que encaminhe para Secretaria de Finanças, para toda vez que mandarem um projeto desses, de reajuste salarial de qualquer categoria, encaminharem junto o impacto financeiro. Pois a gente não precisa estar discutindo isso todas as vezes. Eu peço que a Mesa encaminhe para a próxima vez o projeto vir todo completo. Logicamente nosso voto é favorável e sei que será aprovado aqui com a maior tranquilidade, mas posteriormente a gente precisa saber direitinho para n ser pego de surpresa.” **VEREADOR MARCELO SOARES:** “Senhor Presidente, primeiramente peço desculpa aos colegas e aos representantes da categoria que aqui estão. Eu não podia deixar de comparecer, o nosso partido PCdoB sempre teve compromisso com essa categoria e com todos os servidores do nosso município. Estou aqui para votar favorável e dizer que essa preocupação não deve ser dos nossos parlamentares. Como nós não temos a competência de apresentar nenhum tipo de reajuste, o Executivo é que sabe da sua responsabilidade. Se ele manda o projeto, está explícito a disposição de atender a essa categoria. Certamente a equipe é preparada e analisou o impacto financeiro. Então, eu acho que isso é de responsabilidade do Executivo, esta Casa não tem nem o que discutir. É votar favorável ou contra e deixar que o Executivo ‘cuide de sua rapadura’. Eu sou favorável ao reajuste e não estou nem um pouco preocupado com essa questão do impacto, porque a quem cabe a responsabilidade é o Executivo.” **VEREADOR JORGE FEDERAL:** “Eu acho que existem dois tipos de discurso: o político e o da responsabilidade. O que nós estamos tratando aqui é do discurso da responsabilidade. A Lei Orgânica do Município estabelece que todo projeto de lei que tem impacto financeiro deve ser, na sua mensagem, indicado que há capacidade financeira para cumpri-lo. Nós, independente da questão político e do anseio dos professores, essa Casa tem a responsabilidade de saber sim se há um cumprimento das normas que regem o envio dos projetos de lei. Quando fui indagado, a primeira coisa que pedi foi que observasse a mensagem, porque ela é o espelho da verdade do projeto. Na mensagem não contém a possibilidade da capacidade financeira. Porque é muito simples o procurador redigir a mensagem, justamente eles que redigem, e dizer que o reajuste tem dotação orçamentária com capacidade financeira para ser cumprido. Eu acho que é isso que tem que ter. Isso é a segurança jurídica do Poder Legislativo. Quando os colegas da Comissão de Finanças questionam pra gente, a gente tem que realmente exaurir o debate para que, justamente do jeito que Vossa Excelência falou, a responsabilidade de não ter mandado via mensagem é do Poder Executivo, mas nós já fizemos aqui o ofício, eu acho que logo quando foi lido o projeto, pedindo essa informação. Eles não nos mandaram ainda, mas mesmo assim estamos colocando o projeto em discussão e levando-o à votação. Mas a gente não pode deixar de pontuar para que, futuramente, não venham dizer que essa Casa se descuida da questão da legislação que rege o Plenário, que é o Regimento e a Lei Orgânica, não obstante a observação de Vossa Excelência de cunho político, que também recepciono. Mas a questão da responsabilidade do Plenário, a partir de agora, todo projeto de lei, na mensagem, nós vamos oficializar que ele fale da capacidade financeira de cumprir a demanda que a lei vem dizendo, não só com relação à lei, mas também aos decretos de suplementação orçamentária. Porque as suplementações têm um limite que a gente deu em lei. Não custa nada o gestor da pasta dizer ‘quero suplementar isso aqui, estou utilizando 10% do que foi autorizado por esta Casa Legislativa’. E aí quando ele chegar no limite de 25% que foi dado,

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

a gente já sabe que ele só vai poder mandar através de lei. E a gente tem que ter a garantia aqui de que a gente está acatando um decreto suplementar de forma transparente. Já estamos agora suplementando uma verba através de lei, então, naquela rubrica daquela Secretaria, já se estourou o limite que nós demos aqui. Eu vejo que isso aí é uma comunicação que o Executivo tem com o Legislativo para deixar, inclusive, essa Casa mais tranquila nas recepções de suas demandas, para que a gente não possa ficar questionando como estamos questionando a Secretaria de Ação Social, que emitiu um decreto de junho, com número de agosto e com uma secretaria que não existe mais. Nós estamos pedindo informação para recepcionar ou não esse decreto. Nós não estamos aqui somente para receber documento e transformá-lo em normal legal do Município. A gente tem que ter a responsabilidade de recepcionar, verificar se ele está no tempo, dentro da ordem, para que a gente recepcione e ele valha para todos os funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo. Porque pelo contrário, se esse documento não passar por essas situações, ele pode ser nulo de pleno direito e todos os efeitos dele serem nulos. Ou seja, devolver amanhã um recurso que foi pago com o decreto errado ou com uma lei que não estava dentro do padrão. Então a nossa preocupação é essa. Não é qualquer preocupação de cunho político, nem de direito dos professores, mas é fazer garantir a lei que nós vamos aprovar aqui.” **VEREADOR MARCELO SOARES:** “Senhor Presidente, só para enriquecer mais o debate, eu concordo plenamente com Vossa Excelência na questão dos decretos. Isso sim tem a nossa responsabilidade porque nós, lá atrás, aprovamos uma autorização de um percentual para que ele administrasse sob decreto. Com relação ao reajuste do servidor, eu permito divergir de Vossa Excelência no tocante a cunho político e cunho técnico. Eu acho que esses projetos todos são de natureza técnica, para mim não existe cunho político numa mensagem que reajusta os vencimentos básicos dos professores. Então isso eu tenho certeza que passou pelo crivo da Procuradoria, pela avaliação da Fazenda. Foi essa a minha observação. É por isso que a Câmara não tem capacidade de legislar sobre matéria financeira, porque nós não conhecemos o impacto nem a saúde financeira do Município. Foi essa observação que quis fazer somente. Eu vejo como uma mensagem de cunho meramente técnico e que, com certeza, passou pelos olhares de todas as secretarias e devem, com certeza, ter medido o impacto. Por isso que eu acho que toda preocupação, todo cuidado que Vossa Excelência tem em respaldar esta Casa é válido. Agora com projetos dessa natureza não é possível que não tenha passado pelos olhares dos setores competentes e ter cometido um erro primário dessa natureza. Por isso que a minha tranquilidade é que o impacto não vai ofender as finanças do Município. Foi essa a minha intenção, por isso me permita divergir de Vossa Excelência somente nesse sentido. Muito obrigado.” **VEREADOR JORGE FEDERAL:** “Ainda falando sobre o assunto, vereador Marcelo Soares, não sei se Vossa Excelência estava aqui na apresentação da prestação de contas do primeiro quadrimestre. Não estava, né? Na apresentação, que vai agora ter em setembro, dia 27, até convido Vossa Excelência para vir, o Poder Executivo estava, no último quadrimestre de 2017, estourado em 55,52%, ou seja, além do limite legal, não era nem do prudencial. No primeiro quadrimestre, ele estava dentro do limite legal, que é um limite justamente muito apertado. As informações que a gente tem de receita do Município não são das mais alvissareiras, que até o Brasil todo está nesse sentido. Então, a preocupação que nós temos aqui é que apenas, na mensagem do Executivo, ter um parágrafo que se possa verificar a capacidade financeira de cumprir com a lei que está mandando. Isso é simples, e a Lei Orgânica obriga que ele faça isso, é simplesmente isso. Até para garantir aos professores amanhã alguma demanda de não cumprimento, que já houve várias demandas de não cumprimento, de acordos de categorias e que não foram cumpridos. Então, é importante que essa garantia da capacidade financeira seja evidenciada.”

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

*Não é nada mais do que colocar um parágrafo dizendo que foi levantada a questão do impacto financeiro e que tem lastro financeiro para cumprir a lei, não só naquele momento, como também no retroativo. O retroativo vai impactar no quadrimestre que a gente vai ver agora em setembro. As pessoas às vezes não conseguem enxergar a responsabilidade que têm, mas o impacto a partir de primeiro de janeiro vai incidir no quadrimestre que veio aqui com o limite de 55%, porque vai se pagar retroativo e vai ter que fazer uma revisão daquela prestação de contas, doutora Graça. Vai ter que se tirar dinheiro do caixa para se pagar retroativo à primeiro de janeiro. Então, esse quadrimestre já foi visto por essa casa por um valor 'x'. Então, vai ser 'x' mais esse impacto financeiro. É com isso que estamos preocupados. Mas, essa deliberação é própria dessa Comissão de Finanças, vereador Ricardo Sousa. Queria parabenizar os vereadores Ricardo Sousa e Jesuíno por essa preocupação e qualquer deliberação que vier à tona aqui nessa Casa a gente vai ter que dar uma resposta, para que a gente não fique sem ter exaurido o processo. Mas eu também concordo que diante da problemática desse reajuste salarial dos professores, a responsabilidade plena é do Poder Executivo, não obstante essa Casa estar cobrando que se mande para cá o impacto financeiro sobre esse projeto." **VEREADOR MÁRCIO BARBOSA:***

*"Senhor presidente, antes de mandar a lei para essa Casa, a Prefeitura estudou todas as possibilidades do impacto financeiro. Eu nunca vi essa Casa falar tanto sobre impacto financeiro em decreto. Parece até que é uma questão do período eleitoral essa questão toda. Nós demos uma ordem ao Prefeito para poder fazer os decretos, tudo na lei. Houve um problema na Secretaria de Ação Social e faltou um recurso, foi transferido para outra secretaria o recurso de serviços públicos. Então, fica uma discussão tão grande aqui nessa Casa que até parece que houve alguma coisa errada. O povo que está ouvindo a gente acha que o Prefeito enviou algum recurso ou outro tipo de coisa, isso aí ele tem o direito. Ele tem o dever de comunicar à Casa que fez esse decreto que a gente deu autorização a ele. Mas parece até que aqui há outros pensamentos, uma questão política. O que a gente quer é votar logo esse aumento, que os professores estão aí querendo fazer os seus deveres, voltar à sala de aula. É importante já colocar esse projeto em votação. Se vai ter impacto que vá aumentar a receita do Município, é problema deles lá, saber que eles estudaram uma forma de colocar. Eu peço urgentemente que coloque logo para votar." **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:***

*"Senhor presidente, eu inclusive estou atrasado porque tenho esse compromisso, mas discordo do que o vereador Márcio Barbosa falou, eu acho que ele não sabe o que está falando. A gente está aqui discutindo uma situação. A responsabilidade é da Câmara sim, se Vossa Excelência não tem responsabilidade, aí é problema de Vossa Excelência. Mas a responsabilidade é da Câmara também e a gente precisa saber. Ninguém aqui está dizendo que vai votar contra, a gente vai votar a favor e é um prazer votar a favor. E tem que votar a favor mesmo, porque os professores merecem. E ainda é muito pouco. Agora, a gente tem uma responsabilidade nessa Casa e eu não vou me eximir da minha responsabilidade não. Porque depois as pessoas vêm cobrar da gente. Quando ultrapassou o limite de 55%, as pessoas vieram cobrar da gente porque se ultrapassou esse limite. Quando se acabou de gastar os 25% em valores em decretos e mobilização financeira, inclusive mandaram outro aqui, de autorização de crédito adicional de mais 1 milhão de reais, é responsabilidade da gente. Então, não vou me eximir da minha responsabilidade, doe em quem doer. Respeito a Prefeitura e estou aqui para tentar ajudar de alguma maneira, mas a responsabilidade tenho certeza que é da gente. Obrigado." **EM VOTAÇÃO.** Votação nominal requerida pelo vereador Irmão Biá. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** "Quem discutiu é para somente votar. Não vou admitir discussão novamente no voto. Vereador Márcio Barbosa, eu peço o seguinte. Vossa Excelência, quando falou, todos os vereadores escutaram. Eu acho que aqui*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

o vereador, quando estiver falando, todos os vereadores têm que escutar, na hora que ele for falar, vai ter o mesmo direito de ser ouvido. Não é próprio que o colega não espere o outro terminar a sua fala, depois ele pede a questão de ordem, pede a tréplica. Agora, assim, ficar falando em paralelo, eu acho que é ruim para todos nós. Então, o vereador Jesuíno falou, Vossa Excelência falou, qualquer vereador teve a oportunidade de falar. E a gente não tem que estar dando opinião fora da fala, do período de discussão, até porque ela não vale mais para a discussão. A discussão zera quando inicia a votação. Para a gente não ficar nessa demanda sem ter necessidade.” Os vereadores Irmão Biá, Denise Almeida, Mizael Prestanista, Professor Marcelo, Marcelo Soares, Saulo Holanda e Severino Barbosa - Biai justificaram seus votos. **VEREADOR IRMÃO BIÁ:** “Quero parabenizar os professores da categoria e quero que fiquem bem cientes de que eu estou de acordo com a posição da comissão, do sindicato aprovando. Eu não sou contra os trabalhadores, meu voto é favorável. E eu quero também deixar bem claro que o nosso colega, ao qual tenho muito respeito, pegou o bonde andando. Então, acho que Vossa Excelência devia trocar de nome, botar Márcio de Lupércio, não é mais Márcio Barbosa não.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Márcio, o vereador Irmão Biá não tinha discutido. Eu acho que Vossa Excelência está com algum problema pessoal que precisa resolver. Porque o vereador Irmão Biá não tinha discutido, então ele tem o direito na votação dele e justificar o voto. Olhe, fazer defesa ou oposição a quem quer que seja, não é superior ao direito do vereador aqui dentro. Cada vereador tem o direito igual aqui dentro. Então, eu não vou deixar que ninguém vá passar por cima de ninguém. E ninguém aqui tem o direito de se achar melhor do que o outro. Se quiser fazer defesa na discussão, faça, na tribuna, faça, mas no momento do voto do vereador, tem que ser respeitado.” **VEREADORA DENISE ALMEIDA:** “Voto favorável e quero parabenizar os professores nessa luta, e graças a Deus eles conseguiram.” **VEREADOR MIZAEAL PRESTANISTA:** “Eu voto favorável e concordo com Marcelo Soares e Márcio Barbosa.” **VEREADOR PROFESSOR MARCELO:** “Querida parabenizar, mais do que o justo, mais do que o merecido e tenho certeza de que o Prefeito vai honrar, como sempre honrou seus compromissos.” **VEREADOR MARCELO SOARES:** “Como o Presidente já alertou que não pode discutir, eu quero dizer somente da minha alegria de mais uma vez votar favorável no reajuste do servidor municipal, por menor que ele seja, reajuste é sempre bem vindo, e este vereador e o nosso partido, PCdoB, sempre tem compromisso com a categoria dos servidores do nosso município.” **VEREADOR SAULO HOLANDA:** “Parabenizar a todos os professores e ao Prefeito Lupércio pelo gesto.” **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “Só justificando, eu acho que desde que abriu-se aqui a discussão na semana passada, na penúltima sessão, a cerca deste projeto, eu tive até o cuidado de conversar com a Secretária da Fazenda. Então, ela me informou da sua preocupação no monitoramento das contas, e eu tenho convicção de que a essa altura, com a volta com a correção na tabela, conforme foi falado e discutido aqui na sessão da última quinta-feira, que hoje essa situação não está controlada. Então, não teria lógica nenhuma o Governo mandar. É inadmissível que o Governo não soubesse se houvesse uma situação inadequada nas contas mandar um reajuste para cá. Então, entendo que a situação está controlada e que o reajuste é totalmente viável e compatível com o atual momento do município.” Votaram favoravelmente: Alexandre de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEAL PRESTANISTA), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Marcelo de Santana Soares (MARCELO SOARES), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA), Maria das

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

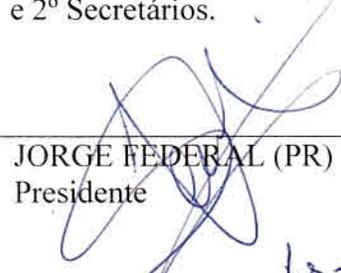
Olinda Patrimônio da Humanidade

Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA) e Severino Barbosa de Souza (BIAI). 13 votos favoráveis. Ausências justificadas dos vereadores Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Edmilson Fernandes da Silva (EDMILSON FERNANDES), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO) e Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA). **APROVADO o Projeto de Lei nº 29/2018 de autoria do Poder Executivo (Mens. nº 06/18). PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** *“O Projeto foi aprovado. Como não houve emenda ao Projeto, ele vai à sanção do Prefeito Lupércio. E eu queria aqui dizer à categoria dos professores que esta Casa fez um esforço grande. Inclusive, quando p Projeto veio, veio com erro na tabela nas duas últimas classes, e esta Casa foi quem viu, independente do Sindicato procurar esta Casa, nós já tínhamos visto o erro que não tinha havido acréscimo do percentual, tanto vertical como horizontal, na tabela 3, nas classes 2 e 3 da última faixa, eu digo isso porque eu li o Projeto todo. Então, a responsabilidade da gente aqui, vereadores, é também ler o projeto, porque o erro é humano e quem faz o projeto é o ser humano. A gente poderia ter aprovado o Projeto aqui, vereador Marcelo Soares, e ele precisar voltar de novo para fazer uma correção, ia passar do mês de agosto e não ia fazer a correção devida no prazo. Então, eu queria dizer do cuidado desta Casa e que esta Casa aqui não fez nenhuma perseguição política e nem de momento eleitoral. Estamos aqui para trabalhar de forma a não deixar que ocorram erros, nós temos aqui, além das Comissões, que queria parabenizar pela agilidade dos pareceres, e dizer que as Comissões podem sim não dar o parecer enquanto não chegar a informação do impacto financeiro. Agora, a gente está em uma Casa Política, diante de uma categoria que padece por este reajuste desde 1º de janeiro, eu acho que é humanamente entendível que todos queiram que isso saia logo aqui da responsabilidade nossa. Mas a gente também não pode dizer que a atitude da Comissão e do colega da Comissão é eleitoreira, pelo contrário, ela foi de responsabilidade, porque o Projeto, na última quinta-feira, chegou aqui com a informação errada, o Sindicato me procurou na Presidência, recebi o Sindicato, juntei a reclamação do Sindicato quando já tinha visto o erro, encaminhei ao Secretário através da Vice-Líder, vereadora Denise, que subiu na quinta-feira para levar. E na quinta-feira tivemos uma sessão aqui, suspendemos a sessão para que o Secretário chegasse a tempo, vereador Biai, para que a gente recepcionasse a tabela corrigida. A gente juntou ao projeto a tabela corrigida para que ele fosse na Comissão naquele mesmo dia. Hoje chegamos aqui, vereador que por algum motivo não chegou na hora, eu suspendi a sessão, vereador Marcelo Soares, para ter o quórum mínimo para a gente poder votar o Projeto. Agora, tirar o direito do vereador de questionar uma questão legal, aqui eu não vou, de forma nenhuma, impedir. Nós vamos chegar num consenso, mas o direito do vereador aqui é preservado. E eu queria agradecer a todos os vereadores, inclusive aos que foram controversos a alguma posição aqui, talvez por não ter analisado tudo o que eu falei aqui. Porque, talvez, não sabe que a gente teve a responsabilidade com a categoria, porque podia muito bem, na terça-feira, quando encerrei a sessão, eu não ter voltado atrás. Voltei com a anuência do Plenário e recepcionei o Secretário aqui por consideração tanto ao Secretário, como também à categoria. Eu queria deixar claro que aqui não estamos tratando de questão eleitoreira e nem vamos deixar tratar. Somente isso.”* Seguindo com a **Ordem do Dia. Req. Nº 1317/2018 – Autor: Jorge Federal.** Assunto: Moção de apelo à Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), na pessoa de seu Presidente, Senhor Antônio Carlos Sanches, pedindo providências no sentido da instalação de um poste de iluminação pública na Travessa Orlando da Silva, no Bairro de Guadalupe, Olinda – PE. EM DISCUSSÃO. Não houve quem quisesse discutir. EM VOTAÇÃO. Não houve discordância alguma. **APROVADO o Req. Nº 1317/2018 de**

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

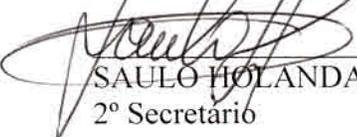
autoria do vereador Jorge federal. O Presidente encerrou a Sessão Ordinária, convocando a próxima para o dia vinte e oito de agosto no horário regimental. Ao final desta sessão, foi constatada, em consonância com o Livro de Presença dos Vereadores, a presença dos seguintes: Alexandre de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEL PRESTANISTA), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Marcelo de Santana Soares (MARCELO SOARES), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA) e Severino Barbosa de Souza (BIAI). Ausências justificadas dos vereadores: Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Edmilson Fernandes da Silva (EDMILSON FERNANDES), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO) e Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA). O horário de encerramento desta Sessão foi às onze horas e trinta e um minutos. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários.



 JORGE FEDERAL (PR)
 Presidente



 JESUÍNO ARAÚJO (PSDB)
 2º Vice-Presidente



 SAULO HOLANDA (PTC)
 2º Secretário



 MÁRCIO BARBOSA (PC DO B)
 1º Vice-Presidente



 ALGÉRIO A NOSSA VOZ (PSB)
 1º Secretário